

FRONTEIRA: NATUREZA E CULTURA*

Celso Donizete LOCATEL**

Resumo: O objetivo central deste trabalho é buscar compreender dois momentos distintos do processo de expansão da fronteira, quais sejam, a expansão da fronteira demográfica, que se amplia com o deslocamento da *frente de expansão*, e da fronteira econômica, que se alarga com a *frente pioneira*, buscando entender os processos e as relações que aí se estabelecem, para entender as concepções de natureza e cultura aí existentes. Para essa análise, considerou-se como recorte o processo de ocupação da região de Jales, onde os vários momentos do processo de incorporação da região à economia de mercado apresentam muitos elementos ilustrativos dos conflitos existentes na fronteira, assim como dos vários elementos que a compõe. Pode-se verificar também que a produção da natureza está diretamente associada com a lógica do sistema cultural de cada grupo e com a percepção que estes tem de si e da própria natureza, o que nos remete a considerar que não se pode conceber a existência de culturas superiores e inferiores. Contudo, o que predomina nas relações na *fronteira* é uma visão dualista, tanto da natureza, entendendo-a como natureza exterior e natureza universal, como também de natureza e cultura.

Palavras-chave: Fronteira; Frente de Expansão; Frente Pioneira; Natureza e Cultura.

Resumen: El objetivo central de este trabajo es buscar comprender dos momentos distintos del proceso de expansión de la frontera, que son: la expansión de la frontera demográfica, que se amplía con el desplazamiento del *frente de expansión*, y de la frontera económica, que se amplía con el *frente pionero*; buscando entender los procesos y las relaciones que se establecen, para comprender las concepciones de naturaleza y cultura existentes. Para este análisis, se consideró como recorte el proceso de ocupación de la región de Jales, donde los varios momentos del proceso de incorporación de la región a la economía de mercado presentan muchos elementos ilustrativos de los conflictos existentes en la frontera, así como de los varios elementos que la compone. También es posible verificar que la producción de la naturaleza está directamente asociada con la lógica del sistema cultural de cada grupo y con la percepción que estos tienen de sí y de la propia naturaleza, lo que nos lleva a considerar que no se puede concebir la existencia de culturas superiores e inferiores. Sin embargo, lo que predomina en las relaciones en *la frontera* es una visión dualista, tanto de la naturaleza, entendiéndola como naturaleza exterior y naturaleza universal, como también de naturaleza y cultura.

Palabras-llave: Frontera; Frente de Expansión; Frente Pionera; Naturaleza y Cultura.

1. Introdução.

A discussão sobre *fronteira*, considerando seus diferentes momentos históricos, já foi bastante abordada em várias áreas do conhecimento, mas sempre apresenta novas dimensões dependendo de quem a analisa, de quem a viveu, ou ainda vive, e de quem escreve.

Neste trabalho buscar-se-á entender os dois momentos distintos do processo de expansão da *fronteira*: a expansão da fronteira demográfica — *frente de expansão* — e a da fronteira econômica — *frente pioneira* — na região de Jales (SP), procurando aprofundar o entendimento de sua processualidade e as relações que nela se estabelecem, nas várias fases de que é constituída, assim como as concepções de natureza e cultura aí existentes.

De imediato, *as frentes e a fronteira* remetem o pesquisador e o próprio leitor à noção de *relação*. E as *relações*, aqui, também nortearão o trabalho, pois são elas que dão razão e sustentação a qualquer conceito e a qualquer sentido à existência dos seres humanos, sabendo-se disso ou não.

* Publicado inicialmente em 2002 (n.9, v.2). Texto produzido a partir de algumas reflexões realizadas nos Seminários de Doutorado. Agradeço as observações e críticas feitas por Jones Dari Goetter e pelo Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol.

** Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia FCT/UNESP Presidente Prudente (SP). Membro do GEDRA. E-mail: celsoennes@hotmail.com

A *fronteira* é um singular; um lugar ímpar onde “tudo está para acontecer”, mas onde se colocam ao mesmo tempo o medo e a insegurança dos que lá vivem e a esperança e o sonho dos que para lá se deslocam. A *fronteira* por si só é nada: são as relações específicas que se dão num dado espaço que possibilitam o surgimento/formação de um espaço particular, o qual possibilita a construção do conceito em que particularidades e singularidades fazem dela um espaço diferente dos demais que apenas pode ser entendida como tal na relação que estabelece com a *não-fronteira*.

Na *fronteira*, até então o lugar de relações características do modo de produção primitivo, desenvolvido pelos povos indígenas, passa a ser o espaço onde se encontram os diferentes: índios e civilizados; grandes proprietários de terras e posseiros pobres.

Para Martins, a fronteira é

um lugar de descoberta do outro e de desencontro (...) Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visão de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História (1997, p. 150 e 151).

O encontro e o desencontro são relações. Ambas extremamente diferentes e por isso antagônicas, mas não completamente excludentes, ao contrário, contraditórias. As relações do/no encontro podem desencadear as relações do/no desencontro, sendo o contrário também verdadeiro. Mas, tanto o encontro como o desencontro são apenas “novas” relações que se estabelecem entre grupos sociais e culturais com relações *não-iguais*.

Na *fronteira*, as relações do encontro e do desencontro são propiciadas por duas frentes: *frente de expansão* e *frente pioneira*. Ambas, como seus modos de ser e de viver no espaço novo e, com relações diferentes, senão direta, mas camuflada, com modos de ser e de viver dos que ali primeiro estiveram, os índios. Ambas, nesse sentido, expressam relações diferentes de um mesmo processo.

O encontro e o desencontro são gerados por haver, na *fronteira*, grupos culturais distintos, os quais possuem uma concepção de natureza e uma forma de produzi-la muito diferentes, o que leva ao antagonismo e aos, não raros, confrontos.

Para buscar novos elementos para tornar essa discussão mais substancial proceder-se-á com a análise da incorporação da região de Jales às fronteiras demográfica (do chamado mundo civilizado) e econômica.

2. Fronteira: chegada das frentes e violência.

O processo de ocupação da MRG de Jales¹⁶¹, localizada no Noroeste do Estado de São Paulo é marcado por um período de mais de um século de predominância de relações características da *frente de expansão*, ou seja, de domínio de uma economia de excedente, sem que tenham ocorrido alterações significativas na organização espacial.

Na região, somente em momento bem posterior é que o processo de ocupação tipicamente capitalista determinará acentuadas transformações na organização e no processo de produção, com a fundação de inúmeras cidades e, em seguida, a criação de novos municípios para facilitar a reprodução ampliada do capital, com a integração dessa área à economia de mercado.

A partir de meados do século XIX, a cultura do café ganha importância na economia nacional; o café transforma-se no principal produto de exportação e a cafeicultura torna-se, um fator dinamizador do processo de povoamento do Estado de São Paulo.

A expansão da cafeicultura e a conseqüente ocupação de novas zonas foram acompanhadas de perto pela implantação das estradas de ferro.

A primeira etapa do processo de ocupação capitalista da Microrregião Geográfica de Jales deu-se no século XIX, com a chegada de um pequeno contingente demográfico que se deslocou, principalmente,

¹⁶¹ A Microrregião Geográfica de Jales abrange uma área de 3.473Km², sendo constituída por 23 municípios, quais sejam: Aparecida d’Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira d’Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d’Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d’Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Três Fronteiras, Urânia e Vitória Brasil.

das Minas Gerais. Os fatores condicionantes desse processo migratório foram, por um lado, a crise da mineração, e, por outro, o comércio de gado entre Mato Grosso e São Paulo, a Guerra do Paraguai, a disponibilidade de terras e a expansão da cafeicultura pelo Planalto Ocidental Paulista.

Sobre esse deslocamento da população das Minas Gerais, Monbeig (1984) destaca que

a maioria desses imigrantes [fixaram-se] nos municípios onde o café já estava solidamente implantado; outros, porém, tinham ocupado regiões mais longínquas, onde poderiam mais facilmente continuar a viver, conforme seus hábitos de criadores, acostumados aos grandes espaços (MONBEIG, 1984,p.133).

Ainda, como fator influente nesse processo migratório, não só para essa região, como para todo o Oeste Paulista e também o Norte do Paraná, foram as mudanças na política de distribuição de terras.

Com a extinção do regime de sesmarias, em 1822, até 1850, quando foi promulgada a Lei de Terras, não havia legislação que regulamentasse o acesso à terra, o que provocou a ampliação do estabelecimento de posses. Na segunda metade do século XIX, com o enfraquecimento do regime de trabalho cativo, houve uma intensificação na apropriação (ilícita) da terra pelos grandes fazendeiros, que as registravam, quando necessário e possível, como sendo anterior à promulgação da Lei, aproveitando-se da brecha deixada pela legislação.

Considerando os mecanismos de apropriação da terra, Ribeiro sustenta que

cada sociedade define propriedade de acordo com cultura, poder, força política vigente. O direito de propriedade da terra, em muitas épocas e em várias culturas, foi transitivo, parcial, acordado com outros direitos complementares. É, portanto, completamente diferente do direito pleno descrito para o campo brasileiro que generalizou-se no século XX, quando a terra passou a ser expressão da vontade do seu dono e equivalente de ativo financeiro (1997, p. 14).

Esse quadro se consolidou, no século XX, como resultado do impacto causado pela Lei de Terras, de 1850, que servia como anteparo estabilizador para o controle fundiário. Conseqüentemente, no final do século XIX, na lavoura de café, no Estado de São Paulo, a terra tomou-se “cativa”, o que possibilitou a abolição da escravatura. A abolição da escravatura só se concretizou quando a propriedade privada da terra era negociada com frequência e sua mercantilização assegurava o controle dos cafeicultores sobre os não-proprietários, que se tornariam trabalhadores conforme aponta Martins (1979) e Silva (1980).

Assim, não se pode apontar um único fator para o processo de ocupação da região de Jales. Há que se considerar o contexto sócio-econômico e político para se entender o processo de espacialização da *frente de expansão* no século passado.

As terras sobre as quais está a microrregião de Jales, corresponde aproximadamente à área da imensa gleba denominada Fazenda “São José da Ponte Pensa”, com 503.360 hectares. Segundo consta dos altos de uma Ação Ordinária de Reivindicação de Posse, que correu na comarca de Votuporanga, movida em 1943 por supostos herdeiros, esta área pertenceu, primeiramente, em forma de posse a um único fazendeiro de Minas Gerais, que supostamente teria estabelecido essa posse por volta de 1830, logo, antes da promulgação da Lei de Terras.

Diante da dimensão da gleba empossada, o fazendeiro, através de “contratos” de agregamento, introduz na área algumas famílias e ex-escravos que construíam algumas benfeitorias e cultivavam pequenas roças de subsistência, garantindo ao então posseiro o direito sobre a terra, que voltou para seu Estado de origem em 1876 e nunca legalizou a posse da fazenda.

Desde o estabelecimento da posse até por volta de 1920, essa área servia apenas para a produção de subsistência para os agregados e para os pequenos posseiros, que acabaram se estabelecendo na região no decorrer de quase um século.

Outro aspecto que merece ser salientado, que é resultante da ocupação de áreas de *fronteiras*, é a violência.

O processo de ocupação/incorporação à produção mercantil das terras da região de Jales não se deu de forma diferente de todo o Oeste. A violência marcou o processo de incorporação dessas terras ao mercado. Nesse sentido, Azevedo referindo-se a ocupação da Noroeste, ressalta que

para que se imprimisse o cunho do trabalho e da ocupação direta das vastas regiões inabitadas (...), a tarefa inicial do desbravador, auxiliado e estimulado pela via férrea, na sua obra de colonização teria que exprimir-se por uma violenta posse da terra, e consistia por alargar por esses páramos o domínio da ação individual, multiplicando as apropriações novas no incomensurável campo das riquezas apropriáveis; generalizando extensivamente o direito de propriedade, antes de decompô-lo pelos métodos intensivos... (1958, p. 96-7 apud BORGES, 1997, p37).

O processo de ocupação de todo o Oeste Paulista, inclusive da região de Jales, foi marcado por um processo extremamente violento, que coloca em conflitos, na *fronteira*, dois tempos históricos diferentes, já no momento da chegada da *frente de expansão*, como enfatiza Martins (1997).

Antes da chegada da *frente de expansão*, a região era ocupada por vários grupos indígenas de língua Kaingáng. Os indígenas desapareceram rapidamente ao contato com o “colonizador”, quer pelo contágio de patologias, quer no conflito armado, que provocou o extermínio de grupos inteiros.

Especificamente sobre a região não há registros de confrontos entre índios e a população da *frente de expansão*. O registro mais próximo desse conflito é apontado por Ribeiro (1970) na região de Araçatuba, durante a construção da E. F. Noroeste do Brasil.

Em 1905 ocorreu o primeiro ataque (que foi registrado) dos índios (...) contra a turma de um agrimensor. (...) nos anos seguintes, contra as turmas da estrada e contra agrimensores (...). Uma comissão de sindicância criada para estudar os conflitos verificou que quase todos êsses ataques resultaram em menos de quinze mortos de civilizados. Em contraposição, nessa época, foram realizadas diversas chacinas que levaram a morte à aldeias inteiras dos Kaingáng, reavivando o ódio e dando lugar a novas represálias (RIBEIRO, 1970, p. 120-130).

Assim, os primeiros a sofrerem com a expansão do modo de produção capitalista foram as populações “nativas”, que tiveram seus direitos e sua integridade física e moral violadas, ao serem expropriados para que se estabelecesse o modo de vida ditado pela *frente de expansão*.

Na região Noroeste do Estado de São Paulo, mesmo não havendo registros oficiais do conflito entre os “brancos” e indígenas, no momento da ocupação, o processo de expulsão da população nativa não foi diferente das demais regiões. Recentemente, descobriu-se na região um cemitério indígena, este sítio arqueológico comprova a presença desse povo antes da expansão capitalista.

Para Martins,

a fronteira, a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por povos indígenas, é um cenário altamente conflitivo de humanidades que não forjam no seu encontro o Homem e o humano idílicos da tradição filosófica e das aspirações dos humanistas. A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam ‘do lado de cá’, um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos. Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão ‘do outro lado’, e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se definem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Na fronteira, o chamado branco e civilizado é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é (1997, p. 11-12).

Martins (1975) afirma que a *frente de expansão* compreende a faixa entre a *fronteira* demográfica e a *fronteira* econômica — que no Brasil não coincidem; embora sendo povoadora, não chega a constituir-se uma *frente pioneira*, porque sua organização produtiva não está estruturada a partir de relações com o mercado.

Por outro lado, a economia dessa faixa não pode ser classificada como economia natural, pois dela saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado. Trata-se de uma **economia de excedente**, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem as suas necessidades. (MARTINS, 1975, p. 45).

Outro aspecto observado por este autor é o fato da *frente de expansão* ser formada por uma população não incluída na *fronteira* econômica. Neste sentido, tem lugar e tempo o conflito e a austeridade, sendo secundária a dimensão econômica.

No entanto, a *frente de expansão* pode ser constituída por uma grande diversidade de atores, de atividades econômicas e de relações sociais específicas: “há uma espécie de burguesia de fronteira que muitas vezes toma a iniciativa pela expansão desses modos marginais de produção e desproporcional distribuição de mercadorias trazidas de fora” (MARTINS, 1997, p. 192).

Já nas primeiras décadas do século XX, inicia-se um intenso processo de transformação na organização do espaço nessa região, através da “indústria da grilagem”. As duas primeiras décadas deste século são marcadas pela disputa pela posse da terra, envolvendo posseiros, grileiros e o Estado. Este processo de transformação da posse da terra em propriedade capitalista, foi desencadeado pela expansão da cafeicultura e a conseqüente valorização das terras nas chamadas “zonas novas”, conforme aponta Muramatsu (1984).

Em 1914, o Estado, através do poder judiciário, legaliza a posse da terra nessa região com o reconhecimento jurídico de dois grileiros como sendo herdeiros de Patrício Lopes de Souza - o fazendeiro mineiro que havia estabelecido posse da área no século passado. Os dois novos personagens que surgiram do nada na história do lugar eram empresários bem sucedidos - um farmacêutico em Araçatuba e o outro advogado em São José do Rio Preto - e em 1912, cada um deles entrou, em suas respectivas cidades, com uma ação ordinária reivindicando a posse da terra usando o argumento de que eram herdeiros legítimos de Patrício. Quando tomaram ciência de que corriam paralelamente os processos, os dois, por serem falsários, fizeram um acordo retirando as ações individuais e fundaram uma sociedade denominada Gloria & Furquim que, em 1914, entra na justiça reivindicando a posse da fazenda, apresentando os dois como sendo sobrinhos netos do Mineiro.

Portanto, feita a legalização das terras dentro das normas estabelecidas pelo Estado, isto é, feita a transformação da posse em propriedade privada da terra, a Ponte Pensa estava pronta e livre para ser adquirida por quem quer que fosse, agora porém mediante compra. Bastava para isso a apresentação de capital para efetuar a compra, porém um bom capital, diga-se de passagem. Mas também, além de um bom capital, a possibilidade de aquisição destas terras contou com a influência que a burguesia cafeeira dispunha para movimentar a máquina do Estado em seu próprio benefício (MURAMATSU, 1984: 20).

A partir da década de 30, além do processo de legalização de títulos da terra e sua posterior comercialização pelos grileiros, a região foi marcada por inúmeros conflitos envolvendo posseiros, grileiros, arrendatários e fazendeiros e, também, por movimento messiânico.

Com a retomada da construção da ferrovia Alta Araraquarense, na década de 1930 (parada em São José do Rio Preto desde 1912/1910) e a expansão da cafeicultura, que começou a ser desenvolvida na região em 1942, há uma valorização das terras. Assim, ocorre a transformação das terras em mercadoria. Os posseiros e antigos agregados, que são componentes da frente de expansão, vão sendo desalojados para dar lugar aos novos proprietários, introduzidos pelo capital através das companhias de colonização e por grandes fazendeiros que começaram a retalhar e vender suas terras, com títulos duvidosos, em pequenos lotes.

Dessa forma, temos a chegada da *frente pioneira* e a transformação da terra de trabalho em terra de negócio. Para Martins (1997) a concepção de frente pioneira imprime uma falsa idéia de que na fronteira se cria o novo, uma nova sociedade baseada no mercado e na contratualidade das relações sociais. A *frente pioneira* não representa apenas o deslocamento da população para áreas do território desocupadas, mas uma situação espacial e social que desencadeia um processo de reestruturação do modo de vida e mudanças sociais.

Uma vez efetuada a expulsão do posseiro mediante processo de grilagem, a terra tornou-se livre e pronta para ser transformada em negócio lucrativo. Isto é, passou a ser uma mercadoria com trânsito aberto para ser comprada e vendida. A partir da década de vinte, mas principalmente a partir da crise de 1929, a terra passou a ser o centro de intensa especulação promovida por negociantes e grandes companhias de colonização particulares, nacionais e estrangeiras. Tanto nas zonas velhas, onde o retalhamento intensivo das antigas fazendas de café, como nas zonas novas, o negócio com a compra e venda de terras foi uma das mais espetaculares fontes de lucro que conheceu a sociedade brasileira (MURAMATSU, 1984: 28).

Para os fazendeiros, o retalhamento e a venda de parte de suas terras foi a saída encontrada para salvar seus capitais. Esse processo foi mediado pelas companhias de colonização e por investidores de outros setores que adquiriam as terras e as revendiam, com o pagamento parcelado, para ex-colonos do café os quais se dedicavam, como trabalho familiar, ao cultivo de gêneros alimentícios e a um produto de maior valor comercial - o algodão ou o café - o que lhes garantia a subsistência e o pagamento das parcelas referentes à compra da terra.

Nesse sentido, a terra foi, na década de 1940, a principal mercadoria comercializada nessa região, que era vendida à pequenos cultivadores diretos, originando uma estrutura fundiária desconcentrada que se tomou uma das principais características da região.

Assim, na década de 1950, esgota-se a área de fronteira na região de Jales com a incorporação de toda a terra ao modo de produção capitalista, ou seja, toda a área foi inserida ao processo de reprodução ampliada do capital.

Para Martins,

o tempo da reprodução do capital é o tempo da contradição; não só contradição de interesses opostos, como os das classes sociais, mas temporalidades desencontradas e, portanto, realidades sociais que se desenvolvem em ritmos diferentes, ainda que a partir das mesmas condições básicas. (...) As forças produtivas desenvolvem mais depressa do que as relações sociais; no capitalismo, a produção é social, mas a apropriação dos resultados da produção é privada. Essa contradição fundamental anuncia o descompasso histórico entre o progresso material e o progresso social (1997, p. 94).

Dessa forma pode-se destacar que, tanto a *frente de expansão* quanto a *frente pioneira* fazem parte de um mesmo processo, porém apresentam relações extremamente diferentes. Fundamentalmente, esse processo tem como elemento central a necessidade de incorporação de novos espaços, destinando-os à reprodução ampliada do capital. Este, por sua vez, não elimina as formas e as relações anteriormente colocadas e sim, conserva-as e até as reproduz, mantendo os interesses e as relações tipicamente capitalistas como hegemônicas.

Ao mesmo tempo em que a *frente pioneira* definiu sua hegemonia, coexistiram as relações sociais (e de produção) da *frente de expansão* e até as anteriores, contraditoriamente. Por isso, a relação entre ambas as frentes deve ser entendida como contraditória e não etapista.

A frente de expansão é essencialmente um mundo criado pelo modo como se dá a inserção dos trabalhadores rurais, que produzem diretamente seus meios de vida, no processo de reprodução ampliada do capital. Nesse mundo, apesar da determinação capitalista de suas relações sociais, as concepções e valores precedem, na vida de seus membros, os interesses econômicos e a eles se sobrepõem (MARTINS, 1997, p. 186).

Na *frente pioneira*, tem-se a expansão do capital, com a apropriação privada da terra, recriando, no terreno, os mecanismos da sua reprodução ampliada: infra-estrutura e mercado de força de trabalho. Mesmo na *frente de expansão* tendo-se relações mercantilistas, ainda não é possível extrair delas a renda capitalista da terra, pois a distância e as relações nela estabelecidas tomam-se um empecilho, de acordo com MARTINS (1997).

Esse processo de expansão da *fronteira*, com toda a sua particularidade, é marcado por relações de encontro e desencontro que demonstram o antagonismo existente na *fronteira* entre as *frentes de expansão* e *pioneira*; nele se expressa as diferenças de um mesmo processo, as quais podem ser observadas na ocupação da Região Noroeste, assim como em todo o Oeste Paulista.

3. Natureza e cultura na fronteira.

O processo de expansão da fronteira coloca em contato realidades distintas e os homens, nela inseridos, diante de um mundo desconhecido, que lhes causa medo e insegurança, reagem contra o novo. Isso os coloca em posição de defesa, ou seja, o que é externo à sua realidade, ou lhe é desconhecido, é hostil.

Dessa forma, para os componentes das *frentes* a natureza deveria ser dominada e transformada, quase como se fosse uma tarefa divina, pois esta seria a única forma de sobreviverem e estabelecerem um equilíbrio harmonioso entre o homem e a natureza, já que esta última, no seu estado selvagem era hostil e até agressiva. Sendo assim, o domínio do homem sobre a natureza através da aplicação de técnicas, sejam elas quais forem, é concebido como benéfico¹⁶²

A natureza *externa*, na *fronteira*, é vista como o reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade, assim ela é vista como *primitiva*. A natureza primitiva e selvagem é a matéria-prima da qual a sociedade é construída, a fronteira que o capitalismo tem que dominar para apropriar-se. Dessa forma concebe-se a natureza como algo que está esperando para ser internalizada no processo de produção social. Por outro lado, nas áreas de *fronteira*, a natureza é também concebida como universal, pois a natureza humana, na qual está implícito que os seres humanos e seus comportamentos, inclusive o anseio de dominar a natureza selvagem, são tão naturais quanto os aspectos dito externo¹⁶³.

No entanto, aí reside um ponto importante a ser explorado que é a inserção da população indígena nessa concepção de natureza. Para os que chegavam na *fronteira*, principalmente os componentes da *frente pioneira*, o indígena era visto como selvagem. Logo este era classificado como parte da natureza exterior, o que o colocava na condição de algo que deveria ser dominado, subjugado e até eliminado, se fosse necessário, pois este elemento da natureza selvagem representava uma ameaça ao estabelecimento do equilíbrio harmonioso entre o homem “civilizado” e a natureza.

Essa concepção do indígena, no processo de incorporação do Noroeste Paulista e da região de Jales à economia de mercado é a mesma descrita por Smith na ocupação do Oeste dos EUA. O autor enfatiza que “o sertão é a antítese da civilização; ele é estéril, até mesmo sinistro, não tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu habitat ‘natural’. O natural e o selvagem era uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização” (SMITH, 1988, p. 37).

Essa percepção, na região de Jales, esteve tão arraigada no imaginário coletivo da época que, Monbeig (1952), em seu trabalho “*Pionniers et Planteurs de São Paulo*”¹⁶⁴, analisando os impactos da crise de 1929 sobre a economia cafeeira, refere-se a região situada à oeste de São José do Rio Preto como **far west**.

A oposição e até repúdio é próprio da *fronteira*, onde diferentes “tempos” e diferentes culturas se encontram. Assim, essa visão de natureza hostil, nela incluída a população indígena, tinha sua função social, que era de legitimar o ataque à natureza. “A hostilidade da natureza exterior justificava sua dominação e a moralidade espiritual da natureza universal fornecia [fornece] um modelo para o comportamento social” (SMITH, 1988, p. 48).

O conceito de natureza um produto social, que em conexão com o tratamento da natureza na área da *fronteira*, tem uma função social e política. Da mesma forma, ainda que de maneira mais obscura que no período de ocupação da região de Jales, “o conceito moderno de natureza tem uma função semelhante (...). Seja ou não hostil, o fato de exterioridade da natureza é o bastante para legitimar a dominação da natureza, de fato este próprio processo de subjugação veio a ser tratado como ‘natural’” (SMITH, 1988, p.45).

Para esse autor, o contraditório dualismo da natureza, hoje é menos importante que a função ideológica da concepção universal. Assim,

a função escamoteada da concepção universal hoje é atribuir a certos comportamentos sociais o status de eventos naturais, pelos quais se quer significar que tais comportamentos e características são normais, dados por Deus, imutáveis. A competição, o lucro, a guerra, a propriedade privada, o erotismo, o heterossexualismo, o racismo, a existência de ricos e despossuídos, ou de ‘caciques e índios’ — a lista é infinita — tudo isso é considerado natural. A natureza e não a história humana é considerada responsável; o capitalismo é tratado não como historicamente contingente mas como produto inevitável e universal da natureza (...). O capitalismo é natural e lutar contra ele é lutar contra a natureza humana (SMITH, 1988, p. 46).

¹⁶² Esta concepção de domínio da natureza pelo homem está diretamente associada à Bacon. SMITH ressalta que “a concepção de natureza trazida por Bacon é explicitamente exterior à sociedade humana; ela é um objeto a ser dominado e manipulado” (1988, p. 30).

¹⁶³ Para SMITH, “em contradição à concepção exterior da natureza, a concepção universal inclui o humano com o não-humano” (1988, p. 28). Para o autor esse dualismo conceitual da natureza não é absoluto, pois, por mais contraditório que essa concepção de natureza possa parecer, as mesmas são freqüentemente confundidas na prática e dificilmente poderão ser separadas. Para ele, as raízes históricas desse dualismo estão diretamente relacionadas à Kant e, em menor proporção, a tradição intelectual judaico-cristã.

¹⁶⁴ Publicado em Língua Portuguesa com o Título “*Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*”, São Paulo, Hucitec, 1984.

Assim, devastação de recursos naturais, destruição de comunidades indígenas e comunidades “tradicionais” são legitimadas, pois a dominação de culturas inferiores e de povos não-civilizados — como os indígenas — ou menos civilizados — como os posseiros *da frente de expansão* — são inevitáveis na expansão do modo de produção capitalista, sendo assim, são processos naturais.

Isso nos remete ao conceito de cultura, que aqui só será reforçado que não existe inferioridade entre culturas, o que existe são diferenças. As tentativas de apontar sistemas culturais lógicos (superiores) e sistemas pré-lógicos (inferiores) não possuem qualquer confirmação empírica. “Todo sistema de cultura tem sua própria lógica e não passa de ato primário de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro” (LARAIA, 1989, p. 90). O autor destaca ainda que existem tendências a considerar lógico os elementos da própria cultura, enquanto que os demais apresentam um alto grau de irracionalidade e acrescenta que “a coerência de um hábito cultural somente pode ser analisado a partir do sistema a que pertence” (LARAIA, 1989, p. 90).

A legitimidade atribuída à destruição da cultura indígena (e também da sociedade e dos próprios índios) apóia-se na tendência de se atribuir às chamadas “sociedades simples” um caráter de estabilidade. No entanto, essa é uma visão totalmente falsa, pois o homem organizado em sociedade, seja ela qual for, tem a capacidade de refletir sobre seus próprios hábitos e modificá-los, da mesma forma, pode-se fazer com os problemas relacionados ao seu habitat, o que imprime um caráter dinâmico a todas as culturas e conseqüentemente na produção da natureza¹⁶⁵.

Dessa forma, a floresta encontrada na região de Jales, ao contrário do que se imaginava na época de sua ocupação, apresentava-se bastante antropogenizada. Pode-se afirmar isso se baseando nas descrições dos naturalistas que estudaram essa região e em afirmações como as de Monbeig (1984), que aponta os índios como verdadeiros pioneiros (no sentido restrito da palavra), pois foram os primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo para suas culturas. Assim, pode-se afirmar que a natureza da região, há 150 anos, antes da ocupação pelos componentes da frente de expansão, já era pouco natural (no sentido de não ter havida ação humana), pois a concentração artificial de certas espécies vegetais poder ter influído na distribuição de espécies animais que tinham nelas suas fontes de alimentos. Diante disso, pode-se considerar a floresta existente, no momento da ocupação pela *frente de expansão*, como produto social resultado da manipulação muito antiga da fauna e da flora, logo, produto de uma cultura¹⁶⁶.

Sobre os grupos indígenas dessa região pouco se sabe. Monbeig (1984), ressalta que

quase sempre violentos foram os contatos que mantiveram com os brancos e pouco sabemos sobre a localização dos principais grupos e seus gêneros de vida (...) Muito má foi a fama deixada pelos caingangues. Sem armamento, com grandes arcos de pontas freqüentemente revestidas de ferra, asseguravam a supremacia como caçadores. Em seus acampamentos, sempre se encontravam quartos de animais e pedaços de peixes. Bem sabiam os sertanejos reconhecer um desses abrigos de caça, como os caingangues os construía, para ficar à espreita. Viviam em clareiras abertas junto dos riachos, onde dispersavam suas cabanas, distantes de vinte a cem metros umas das outras, ligadas por veredas bem conservadas. (...) Encontraram os exploradores choças abandonadas, vestígios de culturas e nada mais. Entretanto, a construção de agrupamentos de habitações relativamente importantes, o estabelecimento de caminhos em bom estado de conservação indicam certa estabilidade do habitat (1984, p. 130).

Assim o que se verifica é a existência de uma natureza antropogênica, ou seja, uma natureza produzida. Este componente antropogênico da natureza, que foi totalmente desconsiderado pelos que chegavam *na fronteira*, tornou-se o pivô de confrontos sangrentos que levaram a extinção do humano na natureza exterior. A esse respeito Monbeig (1984) descreve que

a penetração primeira chocou-se com uma rude oposição. Ficavam os índios à espreita dos desbravadores, aproveitando-se da desatenção destes para atacá-los, apoderar-se de suas armas e utensílios, carregando tudo que podiam encontrar em suas pobres casas. Eram assinaladas essas razias por atrozes morticínios, a

¹⁶⁵ Ver DESCOLA, Philippe. **Ecologia e Cosmologia**. Versão sintetizada e revista das conferências Lourat, Collège de France, 4 e 11 de abril de 1996. Tradução de Maria da Graça Leal.

¹⁶⁶ Para SMITH, “a idéia da produção da natureza é paradoxal, a ponto de parecer absurda, se julgada pela aparência superficial da natureza (...). A natureza geralmente é vista como sendo precisamente aquilo que não pode ser produzido; é a antítese da atividades produtiva humana. Em sua aparência mais imediata, a paisagem natural apresenta-se a nós como substratum material da vida diária (...) esse substratum material torna-se cada vez mais o produto social” (SMITH, 1988, p. 67).

flechadas e facada. Por seu turno, respondiam os pioneiros aos ataques dos índios com igual brutalidade. Especializavam-se alguns dentre eles na organização de expedições punitivas, as dadas. Esses caçadores de índios, os bugreiros, eram conhecidos em todo o sertão, pois se deslocavam de bom grado de um desbravamento para outro, a fim de empreender uma dada (MONBEIG, 1984, p. 131).

Essa oposição foi tão forte que se tomou um dos elementos que frearam a expansão da fronteira econômica até o início do século XX, pois impedia o avanço da construção de vias de transporte e, foi somente com a organização de expedições “militares” (fortemente armadas), para proteger os trabalhadores, que esses empreendimentos avançaram, conforme destaca Monbeig (1984). Com essas ofensivas, tem-se o declínio definitivo dos indígenas, que sucumbiram aos ataques armados e também às epidemias contraídas no contato com os civilizados.

Portanto, a marcha pioneira moderna (expansão da fronteira econômica) pois fim à obra de dizimação indígena, iniciada na época colonial. Nada restou dos antigos habitantes, a não ser de forma indireta.

Contudo, alguns elementos da cultura indígena foram incorporados à cultura das *frentes*, como a técnica de agricultura de queimadas. Outro elemento que merece ser destacado é que a produção da natureza pela ação antrópica indígena (antropogenização da floresta) facilitou a penetração do colonizador, que se utilizou dos campos e trilhas resultantes das atividades das tribos. Dessa forma pode-se estabelecer estreitas relações entre o povoamento “moderno” incluído na *fronteira* e o precedente, externo à *fronteira*, ou ainda, do povoamento externo à natureza selvagem e o que dela faz parte.

Outro aspecto da cultura indígena que foi recuperado é a língua que, segundo Monbeig (1984), se materializa na ressurreição erudita pelo batismo com nomes Tupis das cidades novas, de fazendas e riachos, nas áreas de *fronteira*¹⁶⁷, como por exemplo as cidades de Paranapuã e Nova Canaã, na região de Jales. Isso demonstra o que representava o índio para o habitante da chamada *frente pioneira*: “uma recordação que entrou no domínio da lenda” (MONBEIG, 1984, p. 132).

4. Algumas considerações finais.

Na rápida análise aqui desenvolvida sobre natureza e cultura na *fronteira*, utilizando como exemplo empírico o processo de incorporação da região de Jales à economia de mercado, é possível perceber que a produção da natureza é um produto social, o que revela o esvaziamento do dualismo natureza/cultura.

Assim, não se pode confundir produção da natureza com domínio sobre a natureza. Também não se pode considerar a produção da natureza como a complementação do domínio sobre ela, mas sim algo qualitativamente diferente¹⁶⁸.

Smith (1988, p. 104) ressalta que “a questão não é se ou em que extensão a natureza é controlada; esta é uma questão colocada na linguagem dicotômica da primeira e segunda natureza, do domínio ou não domínio (...) sobre a natureza. A questão realmente é como produzimos e quem controla esta produção”.

O que é facilmente verificável é que a produção da natureza está diretamente associada com a lógica do sistema cultural de cada grupo e com a percepção que estes tem de si e da própria natureza, o que nos remete a considerar que não se pode conceber a existência de culturas superiores e inferiores.

Contudo, o que predomina nas relações na *fronteira* é uma visão dualista, tanto da natureza, entendendo-a como natureza exterior e natureza universal, como também de natureza e cultura.

Para se entender as relações que se estabelecem na *fronteira*, é necessário se ultrapassar esse dualismo e partir da premissa de que “existindo por si próprias ou definidas do exterior, produzidas pelo homem ou somente por ele percebidas, materiais ou imateriais, as entidades que constituem nosso universo só possuem um sentido e uma identidade através das relações que instituem enquanto tais” (DESCOLA, 1996).

¹⁶⁷ Entende-se que os indígenas e a natureza “intocada” só farão parte da *fronteira* a partir da chegada das *frentes*, que proporcionará os encontros e desencontros, pois até então esses elementos são externos a ela.

¹⁶⁸ Ver SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 1988.

Considerando que a *fronteira* ainda está aberta, pois o processo de expansão do modo de produção capitalista ainda está longe de se completar no Brasil e que é constituída por períodos temporais específicos – o da *frente de expansão* e o da *frente pioneira* — ainda ocorrerá muitos momentos de *encontros* e *desencontros*. Para Martins, a fronteira só se fecha “quando a História passa a nossa história, a histórica da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos ou nos devorou” (1997,p. 151).

A *fronteira*, que poderia ser um momento único de descoberta do homem, é marcada por momentos trágicos de destruição e morte. Contudo, na *fronteira*, ou nas fronteiras ainda abertas, tudo está para ser construído na relação de vida que pode ser estabelecida com o outro e não na relação de destruição que até então se constituiu.

5. Referências bibliográficas.

BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra: ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra**. São Paulo: Editora Anita, 1997. DESCOLA, Phulippe. **Ecologia e Cosmologia**. Versão sintetizada e revista das conferências Lourat, Collège de France, 4 e 11 de abril de 1996. Tradução de Maria da Graça Leal.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

LOCATEL, Celso D. **O desenvolvimento da fruticultura e a dinâmica da agropecuária na região de Jales — SP**. Presidente Prudente: UNESP/ FCT, 2000. (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência no Campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. 213 p.

_____. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **O problema da migração no limiar do Terceiro Milênio**. In: O fenômeno migratório no limiar do 3º milênio. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 19-34.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984. 392 p.

MURAMATSU, Luis N. **As Revoltas do Capim (Movimentos Sociais-Agrários no Oeste Paulista - 1959-1970)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: USP, 1984.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização (A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães, et. al. **História Rural e Questão Agrária**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.